

**Prefeitura Municipal de Curitiba**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.**

**TERMO DE ANULAÇÃO**

**LEILÃO ELETRÔNICO Nº PE 1/2024 CURITIBA SA**

**OBJETO: ALIENAÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA MARCA CASE e 01 (UMA) EMPILHADEIRA MARCA HYSTER, DE PROPRIEDADE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).**

**Dos Fatos:**

Em 09 de FEVEREIRO de 2024, foi aberta a sessão pública de abertura das propostas e início da etapa de lances.

Logo no início da sessão constatou-se erro no cadastro do item na Plataforma E-Compras, uma vez que no referido edital os itens são Máquinários e no cadastro do item no sistema estava com material de escritório, que acarretou pela impossibilidade dos licitantes ofertarem seus lances, sendo exigido o cadastro da MARCA em cada lote, verificando dessa maneira o cadastro realizado erroneamente na plataforma E-Compras, de modo que a disputa estava divergente do edital, gerando questionamentos durante sessão.

Entendemos dessa maneira, que a sequência do referido processo pode causar falta de transparência, impessoalidade e prejudicar a competitividade. Ocorreram impedimentos para a sequência correta do processo e, requereu-se imediatamente a anulação do processo no Leilão durante o certame.

Cabe desde logo ressaltar que em sede de licitação, todos os atos da Administração devem sempre almejar o atendimento ao princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, consoante a Lei geral de licitações e ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A:

“Art. 2 As licitações realizadas e os contratos celebrados pela CURITIBA S/A destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”

Assim, considerando as falhas na condução do certame informadas anteriormente, entendemos ser possível anulação do procedimento nas hipóteses previstas no art. 95 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.:

“Art. 95 A nulidade do processo licitatório, do procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação induz à nulidade do contrato.

Parágrafo único. A anulação ou revogação do processo licitatório depois de iniciada a fase de lances ou propostas será precedida de processo administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.”

Destaca-se o posicionamento do doutrinador Hely Lopes Meireles que conceitua a anulação:

“É a invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de ilegalidade, que pode ser feita a qualquer fase e tempo antes da assinatura do contrato, desde que a Administração ou o Judiciário verifique e aponte a infringência à lei ou ao edital. Cabe ainda ressaltar que a anulação da licitação acarreta a nulidade do contrato. No mesmo sentido a anulação poderá ocorrer tanto pela Via Judicante como pela Via Administrativa”.

Vale ressaltar que a anulação é um instrumento que não está previsto somente no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., mas decorre do próprio ordenamento jurídico da Administração Pública e se baseia no princípio da autotutela, bem como na Súmula 473, do STF:

“Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

A anulação, por sua vez, é o meio utilizado quando o ato específico ou todo o procedimento é ilegal. O ato administrativo quando realizado em discordância com o preceito legal é viciado, defeituoso, devendo, assim, ser anulado. Neste caso, não há margem para a Administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público. A



CURITIBA



**CURITIBA S.A.**  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

mera quebra de premissa de lei ocasiona o vício, sendo passível de anulação, suscitada de ofício pela autoridade ou por terceiros interessados.

Pelo exposto, por se tratar de vício do processo licitatório insanável, almejando a preservação do princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, com base na manifestação acima, decido pela anulação do certame, nos termos do art. 95 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, devendo entretanto seguir o rito processual para autorização da Diretoria Executiva para o feito.

**DAVIDSON JOSE MOULEPES**  
**Pregoeiro**